



REFLEXÕES ACERCA DOS DESAFIOS ÉTICOS E METODOLÓGICOS NA PESQUISA COM CRIANÇAS

Rafaely Karolynne do Nascimento Campos¹ - UFS

Eixo – Educação da Infância
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

Este artigo procura analisar as questões éticas e metodológicas enfrentadas em uma pesquisa com crianças de três anos em um contexto específico de uma Escola de Educação Infantil. Alicerçada em autores como Corsaro (2005, 2011), Sarmento (2003), Kramer (2002), Graue e Walsh (2003), Fernandes (2016), Borba (2005), Christensen e Prout (2002), dentre outros, que têm contribuído significativamente para o campo da sociologia da infância através da realização de pesquisas com crianças, procurei apontar, no desenrolar do texto, alguns desafios éticos envolvidos no estudo com crianças, decorrentes da intenção de dar voz às crianças, reconhecendo-as como coparticipantes no desenvolvimento da pesquisa. Nesse contexto, abordo algumas questões éticas envolvendo aspectos como as interações entre pesquisador e sujeitos na entrada no campo e as permissões para participação do grupo. São problematizados os procedimentos usados e as diferentes formas de participação das crianças: questões como autoria e anonimato sugerem diferentes formas de situar a atuação das crianças na pesquisa, o uso cuidadoso de imagens e das transcrições dos textos, sendo necessário uma mediação criteriosa a fim de não deturpar a fala das crianças e o contexto de sua produção. Apresento também alguns desafios éticos enfrentados no processo de devolução dos achados da pesquisa. Por fim, concluo que na experiência de pesquisa discutida neste artigo, percebe-se que a busca do diálogo com as crianças, mais do que um princípio metodológico consistiu em um princípio ético dialógico entre pesquisador e sujeitos da investigação, levando a assegurar que as vozes e as identidades desses sujeitos fossem respeitadas e evidenciadas na pesquisa.

Palavras-chave: Crianças. Ética. Pesquisa com crianças.

Introdução

Este artigo procura analisar as questões éticas enfrentadas em uma pesquisa com crianças de três anos em um contexto específico de uma Escola de Educação Infantil. A

¹ Doutoranda em Educação – Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) - Universidade Federal de Sergipe, Mestre em Educação (UFS), graduada em Pedagogia (UFS) e Pedagoga do Instituto Federal de Sergipe. E-mail: rafakarolynne@yahoo.com.br.

pesquisa fundamentou-se nos aportes teóricos da sociologia da infância, tendo como núcleo central o conceito de infância como construção social e criança como ator social, sujeito histórico-cultural, protagonista dos seus processos de socialização. A pesquisa apresentava como objetivo principal compreender como as crianças vivenciavam suas infâncias a partir das brincadeiras de livre escolha por elas criadas dentro da rotina escolar. Para a geração de dados utilizei os procedimentos metodológicos da abordagem etnográfica e seus instrumentos, indicada pelos autores do campo como a mais apropriada, por propiciar às crianças maior participação na produção dos dados e por possibilitar apreender com mais profundidade os modos como os sujeitos interagem uns com os outros.

Em consequência da opção metodológica adotada, destaco a necessidade de me situar no contexto das crianças, colocando-me dentro dele, o que me conferiu não apenas como parte do estudo, mas como o principal instrumento de pesquisa (SARMENTO, 2003). Este fato implicou o enfrentamento de várias questões éticas e metodológicas as quais apresento a seguir.

Participação das crianças na pesquisa e as questões éticas

A participação de crianças em pesquisas não é recente. Há muito tempo elas participam de pesquisas em diversas áreas e campos de investigação. Christensen e Prout (2002) identificam quatro formas de compreender a condição das crianças e a infância no trabalho de investigação: a criança como objeto, a criança como sujeito, a criança como participante, a criança como participantes e co-pesquisadora.

A primeira abordagem aponta a criança como objeto. Para essa abordagem, se comparadas com os adultos, as crianças são seres incompletos a serem formados e socializados, são incompetentes e incompletas em relação ao desenvolvimento. Percebidas desta maneira, as crianças são focalizadas a partir da perspectiva do adulto, único responsável pelas informações sobre as crianças. Nessa perspectiva, a criança não participa e nem tem voz no processo de investigação, são as pesquisas sobre crianças.

A abordagem da criança como sujeito, questiona a visão da criança como objeto de pesquisa e propõe o seu posicionamento como sujeito. Esta perspectiva está focada na criança, que tem como ponto de partida o seu reconhecimento como uma pessoa dotada de subjetividade. Entretanto, o envolvimento da criança na pesquisa é considerado por

julgamento baseado nas suas competências sociais e habilidades cognitivas, de acordo com o critério da idade, considerando o desenvolvimento e a maturidade.

A terceira perspectiva procura compreender as crianças como participantes e atores sociais. As crianças são concebidas e tratadas como pessoas que transformam e são transformadas pelo mundo social e cultural em que vivem. Sendo assim, suas experiências e interpretações de mundo são aceitas e incluídas como válidas para a pesquisa.

A quarta abordagem baseia-se no pressuposto da criança como participante ativo e co-pesquisadora do processo de pesquisa. Em todas as etapas do processo de investigação, as crianças são envolvidas, informadas e consultadas em relação aos propósitos e procedimentos e são tomadas como informantes e co-produtoras da pesquisa.

Os estudos centrados na perspectiva da Sociologia da Infância vêm tomando as duas últimas abordagens, focalizando as crianças como participantes e co-produtoras do trabalho de investigação. Nas pesquisas com crianças, Graue e Walsh (2003) salientam que não se objetiva pesquisar o que se passa dentro delas, mas sim entre elas. O interesse está em investigar o que se passa na relação com elas.

A proposta de dar voz às crianças, reconhecendo-as como produtores de dados para estudos e pesquisas implica em desafios e complexidades para os pesquisadores. Segundo Borba (2005), o reconhecimento de um coprodutor no trabalho de investigação pressupõe novas relações sociais impondo questões éticas que deverão ser consideradas na pesquisa.

Os pesquisadores Christensen e Prout (2002, p.488) sugerem o princípio fundamental da simetria ética na pesquisa com crianças. Os autores salientam que o pesquisador deve assumir como ponto de partida uma relação ética, tal qual na pesquisa entre adultos. Nesse sentido, o pesquisador deve empregar os mesmos princípios éticos nas pesquisas com crianças e com adultos, logo, as crianças têm o mesmo direito e consideração ética em relação aos adultos.

Nessa trilha de proposições, Borba (2005, p.91) contribui nesse sentido afirmando que:

Um grande desafio para o pesquisador é garantir o direito dos participantes de terem uma voz e de serem ouvidos, e esse desafio muitas vezes é prejudicado por concepções ainda enraizadas nas nossas práticas, vinculadas às perspectivas mais tradicionais das pesquisas sobre crianças. Nesse sentido, a idade talvez seja um dos fatores dominantes usados para discriminar as crianças, não lhes dando a possibilidade de ter voz ativa na pesquisa. Isso não significa que todas as crianças devam ser igualmente envolvidas no processo, mas sim que essa avaliação da inclusão da sua voz não seja condicionada pelos pressupostos idade/desenvolvimento como indicadores de competência, e sim pela construção

ativa das relações sociais na pesquisa, pela maneira como as crianças se engajam e respondem ao processo investigativo.

Na pesquisa com crianças é preciso superar muitos conhecimentos e valores sobre as crianças que estão incutidos em nossas mentes, pois nossa visão adultocêntrica está impregnada de certezas acerca das crianças. Nesses termos, a antropologia, nos auxilia a compreender a categoria criança em uma posição de alteridade, ou seja, o ouvir e respeitar as outras vozes, como um outro a ser conhecido, descoberto (AMORIM, 2001). Para que esta relação de alteridade seja possível, é necessário olhar as crianças como seres estranhos, diferentes do nosso mundo e desconhecidos por nós que somos adultos. Olhar para as crianças com um sentimento de estranhamento.

Essa dinâmica de estranhamento e proximidade com as crianças constituiu-se um desafio na minha pesquisa. Esse entendimento do outro exige uma postura vigilante do pesquisador, para que ele possa fazer os ajustes necessários no processo da observação participante e assim criar uma relação favorável e de confiança com os sujeitos investigados.

A Entrada no Campo: As permissões para estar no grupo

Segundo Corsaro (2005), desenvolver pesquisa com crianças pequenas envolve alguns desafios, visto que os adultos são percebidos como poderosos e controladores pelas crianças. Sendo assim, a pesquisa com crianças impõe a necessidade de acordos entre crianças e pesquisadores. Spink (2000), afirma que o consentimento se caracteriza com um acordo inicial que firma um tipo de “contrato” acerca dos procedimentos da pesquisa. Nesse contexto, considero importante relatar como se deu o processo de permissão para estar com as crianças.

Inicialmente o estudo foi submetido à apreciação do Comitê de ética em Pesquisa antes da coleta de dados ser efetivada e somente após aprovação iniciei a realização da investigação. Após receber autorização da Secretaria Municipal de Educação, procurei a instituição e apresentei o documento de consentimento para realização do estudo, bem como os objetivos e metodologia da investigação. O consentimento da diretora e professora da turma foi obtido através de uma conversa informal, anterior aos primeiros contatos com a turma. Já com as famílias das crianças, este momento se deu por meio de uma reunião de pais e/ou responsáveis, apresentei a pesquisa, os objetivos para estar ali e como se daria a caminhada metodológica na escola e, nessa oportunidade, foi assinado o Termo de

Consentimento Informado. Expliquei que mesmo após autorização da participação das crianças no estudo, seria assegurado o direito a interrupção da participação da criança a qualquer etapa da pesquisa.

Enfatizei que as imagens seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos e que mesmo com a autorização não utilizaria fotos que denegrissem a imagem da criança. A maioria dos pais/responsáveis demonstrou interesse e concordou com o termo de consentimento. Nem todos os pais estiveram presentes na reunião, assim, a direção da escola decidiu entregar o termo de consentimento diretamente aos pais e/ou responsáveis na chegada ou na saída das crianças na creche, com o intuito de conversar e esclarecer da seriedade e confiabilidade da pesquisa que estava acontecendo na instituição.

Obter o consentimento da direção, professores, pais e responsáveis pelas crianças não era o desafio maior a ser enfrentado. O consentimento destes é apenas uma etapa do processo. O mais embaraçoso seria receber a autorização delas, dos sujeitos da pesquisa, das coautoras do processo de investigação, as crianças. Alderson (2005), contribui nesse sentido afirmando que a autorização dos diretores, professores e responsáveis pelas crianças não é suficiente. As crianças precisam autorizar sua participação na pesquisa e isso não se dá com uma assinatura do papel.

Imbuída de indicações e contribuições dos estudos sociais da infância e os aportes teórico-metodológicos, foi que me aproximei do grupo a ser estudado. Utilizei-me da grande empatia que tenho com as crianças pequenas, construída ao longo de minha formação e experiência profissional como estagiária da educação infantil, para facilitar o acesso ao grupo de crianças. Entretanto, me sentia apreensiva, pois seria o primeiro encontro com as crianças, agora enquanto pesquisadora.

No primeiro contato com as crianças, entrei na sala sem ser formalmente apresentada pela professora. Sentei-me num canto da sala e fiquei a observar. O grupo estava no momento da “rodinha”, a professora fez menção que iria me apresentar, quando sinalizei que não o fizesse, buscando dessa forma, construir a estratégia “reativa”, proposta por Corsaro (2011), de permanecer em espaços onde as crianças estão e só reagir quando elas se aproximassem.

Não demorou muito e logo algumas crianças começaram a reagir à minha presença. Enquanto eu as observava, algumas começaram a buscar proximidade social: elas me olhavam, às vezes por longos momentos, algumas sorriam, se aproximavam sentando-se ao meu lado, ofereciam-me brinquedos. As crianças desejavam descobrir quem era aquele

estranho que adentrava em suas rotinas, em seus universos. Vejamos algumas falas que revelam a curiosidade das crianças em saber o que eu estava fazendo ali:

Uma menina se aproxima e pergunta:

Menina: O que você está fazendo aqui?

Pesquisadora: Estou aqui observando vocês.

Menina: Pra quê?

Pesquisadora: Pra saber como vocês brincam na creche.

Menina: É, tem que brincar, né, tia?

Pesquisadora: Sim!

(Diário de Campo, 01/03/2016)

Procurei estar atenta as múltiplas linguagens das crianças, às suas reações quanto à minha presença, entendendo que em todo o percurso da pesquisa, seria um movimento de negociação da minha presença nos seus universos. Graue e Walsh (2003, p.76) contribuem nesse sentido afirmando que,

O comportamento ético está intimamente ligado à atitude – a atitude que cada um leva para o campo de investigação e para a sua interpretação pessoal dos factos. Entrar na vida das outras pessoas é ser-se um intruso. É necessário obter permissão, permissão essa que vai além da que é dada sob formas de consentimento. É a permissão que permeia qualquer relação de respeito entre as pessoas.

Utilizei o diário de campo para registro das observações. O registro no diário de campo chamou muito a atenção das crianças. O interesse das crianças pelas minhas anotações se tornou uma forma de estreitar nossas relações, elas se aproximavam e curiosas perguntavam o que eu escrevia, tal como se pode ver na situação relatada a seguir:

Estou sentada no chão em um canto da sala fazendo anotações no diário de campo quando uma Emily se aproxima e pergunta:

Emily: Tá fazendo o que, tia?

Pesquisadora: Estou escrevendo.

Emily: Escrevendo o que?

Pesquisadora: Estou escrevendo o que vocês estão fazendo aqui na sala, do que vocês brincam, como vocês brincam.

(Diário de Campo, 01/03/2016)

Sempre que elas se aproximavam perguntando sobre o caderno, eu informava que o caderno era para anotar tudo aquilo que elas faziam, do que brincavam, dentre outras coisas. Após conhecerem a finalidade do caderno, algumas crianças começaram a se “apropriar” dele, pegavam a caneta, pediam para escrever, para desenhar, pediam que eu escrevesse seus nomes.

Como pode-se notar, as crianças fazem especulações acerca dos objetivos do pesquisador. Nas primeiras semanas de observação, as crianças não demonstraram nenhum tipo de constrangimento à minha presença, apenas olhares atentos, na tentativa de me conhecer e saber o que eu estava fazendo ali. Nesses primeiros contatos com as crianças, percebo que quando adentramos no campo para observar as formas de atuação de um grupo, somos igualmente observados. O outro também quer nos conhecer. Ao mesmo tempo em que desejamos conhecer o outro, adentrar no seu mundo, somos também observados, investigados, estabelecendo uma relação de interação entre pesquisador e sujeitos. Essa relação é abordada por Ferreira (2002), ao concluir que o trabalho do etnógrafo é do mesmo modo, foco de observação pelos sujeitos investigados.

Corroboro com as ideias de Spink (2000) ao afirmar que a ética na pesquisa é uma ética dialógica, caracterizada pela capacidade de interação do pesquisador com os pesquisados, nesse caso, as crianças. A ética da pesquisa parte dessa relação e não da ética instituída por documentos, autorizações e permissões.

Durante toda a investigação procurei me posicionar como um “adulto atípico”, postura adotada por Corsaro em suas investigações etnográficas com crianças. Assumir esse papel é estabelecer uma relação com as crianças diferente dos outros adultos que se relacionam diariamente com elas, destituído de poder e autoridade.

Nesse contexto, Fernandes (2016, p.770) ressalta que:

A sociologia da infância tem vindo a discutir esse aspeto desde há algum tempo, no intuito de não se assumir tacitamente essa relação hierárquica e se pensar em formas alternativas de construir relações de pesquisa com as crianças, que sejam mais horizontais e respeitadoras da criança enquanto ator social.

Assim, procurei de modo cuidadoso penetrar no universo das crianças com sensibilidade e principalmente, com o desprendimento da visão adultocêntrica, na tentativa de me relacionar e estabelecer uma relação de confiança com elas. Busquei estratégias cuidadosas para adentrar nas rotinas dos sujeitos investigados, participando das atividades quando convidada ou adotando uma postura de quem respeitosamente solicita a permissão para participar de suas rotinas, não sendo invasiva, com o objetivo de evitar desconforto ao grupo, como exposto no trecho abaixo:

A professora entra na sala com uma grande bola de papel amassado e pede para a cuidadora envolvê-lo com fita adesiva, firmando a bola. Em seguida, a cuidadora joga a bola no centro da sala em direção às crianças, as mesmas agitam-se e

começam a correr chutando a bola. Após alguns segundos, observando as crianças correrem com a bola, pergunto se posso brincar também. Uma das crianças joga a bola para mim. Entendo essa atitude como uma aceitação da minha solicitação para participar da brincadeira. Então, começamos a correr pela sala, chutando a bola de um lado para o outro.
(Diário de Campo, 07/03/2016)

Nesse posicionamento, de uma atitude não invasiva, Corsaro (2005) afirma que as crianças vão agregando esse “novo amigo”, permitindo a sua participação nas atividades e introduzindo-o no grupo.

Os Desafios Éticos e Metodológicos na Construção e Registro dos Dados

Após adquirir o status de participante e ser aceita pelo grupo busquei os instrumentos que permitissem a geração de dados capazes de retratar os modos como as crianças brincavam. Utilizo o termo geração de dados e não coleta de dados, baseada em Graue e Walsh (2003, p.115) que ressaltam que “os dados não estão por aí à nossa espera”, mas surgem das relações e interações que o pesquisador estabelece com o campo de pesquisa, de modo que um dado tem muitas possibilidades de interpretação, dependendo do olhar do pesquisador.

Tratando-se de uma pesquisa com crianças é preciso refletir acerca dos instrumentos metodológicos utilizados. Na pesquisa utilizei o diário de campo, gravações audiovisuais e registros fotográficos. Os registros usando câmera fotográfica foram utilizados após um contato de aproximadamente um mês em campo. A câmera foi inserida gradativamente na rotina dos sujeitos, levando-os a se acostumarem com a presença do aparelho em seus grupos, garantindo o acesso ao desenrolar das situações de brincadeiras. Procurei estar atenta ao contexto de introdução da filmagem, observando até que ponto os recursos interrompiam as brincadeiras e invadiam a privacidade das crianças.

Em alguns momentos em que estava utilizando a câmera, fazendo meus registros acerca das atividades de brincadeiras, algumas crianças se aproximavam com uma câmera de brinquedo disponível na caixa de brinquedos da sala, me pediam para tirar fotos, elas também queriam fazer seus registros, participando como um sujeito coparticipante e coprodutor da e na pesquisa (CARVALHO e MÜLLER, 2010).

Por se tratar de uma pesquisa que buscava retratar o modo como as crianças brincavam, considerei necessário o uso da imagem, da fotografia ou da filmagem na pesquisa, pois tais instrumentos são capazes de apreender o fenômeno em movimento e obter grande

quantidade de dados descritivos acerca das relações e interações ocorridas nas práticas sociais e culturais das crianças nos processos de brincar. Entretanto, em determinados contextos de pesquisa é necessário discutir em que medida o uso de imagens e filmagens é realmente imprescindível, uma vez que tem sido comum o uso gratuito e uma banalização de imagens em certas pesquisas.

Em relação ao uso de imagens, busquei analisa-las, tendo o cuidado de não expor a negativamente as crianças. No que diz respeito ao anonimato do nome da criança, há que se ter também o cuidado e essa foi uma das principais situações que me deparei: a utilização ou não dos nomes das crianças na pesquisa. Nesse sentido, Kramer (2002, p.42) contribui apontando que:

Quando trabalhamos com um referencial teórico que concebe a infância como categoria social e entende as crianças como cidadãos, sujeitos da história, pessoas que produzem cultura, a ideia central é a de que as crianças são autoras, mas sabemos que precisam de cuidado e atenção.

Kramer (2002) ressalta algumas formas para não identificarmos as crianças quando implica um risco, como por exemplo, a identificação por números, letras em combinações diversas (aluno, idade, turma, escola); identificação com nome real (revela o primeiro nome e omite a escola e/ou turma); identificação com nomes fictícios escolhidos ou não pelas crianças.

Tendo em vista que os dados gerados na minha pesquisa não apresentaram situações que denigriam e/ou expunham negativamente a imagem das crianças e tratando-se de uma pesquisa que se fundamenta nas concepções de crianças como autores sociais e produtoras de culturas, não neguei suas identidades, sua condição de sujeitos e nem escondi a autoria de suas ações (KRAMER, 2002), utilizei os nomes verdadeiros das crianças participantes da investigação.

Nesse contexto, a escolha de revelar ou não os nomes das crianças envolvidas na pesquisa deve estar ancorada na discussão sobre autoria e anonimato. Na minha pesquisa considerou-se importante identificar o sujeito e revelar sua autoria porque isso não oferecia riscos às crianças.

Outro ponto a destacar é a transcrição das falas das crianças. Nessa etapa da pesquisa também há de se pensar em critérios éticos para tal procedimento. Tendo em vista que a oralidade da criança apresenta uma estrutura própria, faz-se necessário uma mediação criteriosa para não distorcer a fala da criança e consequentemente comprometer o resultado da

investigação. Na pesquisa em tela, as crianças de três anos apresentavam uma linguagem verbal desenvolvida, no entanto resolvi utilizar algumas convenções para as transcrições dos episódios a fim de não deturpar a fala e o contexto de sua produção.

Os desafios éticos na devolução dos resultados da pesquisa

Quanto ao retorno e às formas de devolução dos resultados na pesquisa, Carvalho e Müller (2010) ressaltam a importância de devolver os dados produzidos com a participação das crianças a elas. Fotografias e filmagens precisam ser apresentadas as crianças e mais além do que apresentar, solicitar a permissão para uso dos dados.

Assim, no último dia de observação (momento de confraternização e despedida), resolvi usar como procedimento de devolução de dados produzidos a exposição de fotografias e vídeos para as crianças. Além de mostrar às crianças aquilo que eu registrava sobre seus universos, objetivei também com esta ação valorizar a dimensão ética da pesquisa. Diante de todos os cuidados no decorrer do estudo para adentrar em seus mundos, respeitar suas vontades frente ao uso da câmera, dentre outras situações, gostaria de ouvi-las nessa etapa final, reconhecendo e defendendo o direito das crianças de serem ouvidas.

As crianças demonstraram gostar de ver suas fotos e vídeos, falaram sobre as brincadeiras e das relações sociais desenvolvidas, o que foi muito oportuno para o processo interpretativo. Ao término da apresentação do material, utilizei termos simples para explicar a pesquisa que estava desenvolvendo e em seguida solicitei às crianças a autorização para utilização das imagens e enfatizei que estas só seriam utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos. A maioria das crianças consentiu com gestos e palavras, apenas Sibele sinalizou que não autorizava o uso das imagens. Perguntei a menina o porque eu não poderia usar suas imagens, ela apenas justificou “porque não”. Fiquei intrigada, mas assegurei a Sibele diante de todos que respeitaria sua vontade.

Depois de algum tempo, chamei Sibele no canto da sala e mais uma vez perguntei o porquê de ela não autorizar a publicação de suas fotografias, a menina sorriu e disse-me que poderia mostrar. Fiquei aliviada pois Sibele era uma das crianças que mais aparecia nas filmagens e caso ela não permitisse, não iria usar suas imagens mesmo com a autorização formal dos seus responsáveis, tendo em vista toda discussão travada no decorrer deste trabalho.

Considerações Finais

Este trabalho procurou relatar os desafios teóricos e metodológicos vivenciados por mim, enquanto pesquisadora, no seio de uma Escola Municipal de Educação Infantil. Buscou apresentar o percurso vivido no que tange às questões éticas e às escolhas realizadas a fim de proporcionar uma pesquisa ética com crianças.

A concepção de infância e criança que norteia a pesquisa deve estar articulada com as escolhas teórico-metodológicas adotadas e esta articulação deve ser resguardada em todos os procedimentos adotados no processo investigativo.

O processo dialógico entre pesquisador e sujeitos da pesquisa deve ser construído ao longo da investigação. As formas de se incluir as crianças como coparticipantes na condução da pesquisa baseiam-se na explanação dos objetivos e dos procedimentos do estudo a serem executados pelo pesquisador e na escuta das vozes das crianças em todo o processo de investigação. É essa escuta que permite ao pesquisador ganhar a confiança das crianças e se tornar um membro do grupo, favorecendo que elas, também se constituam como participantes e coatores da pesquisa.

Na experiência de pesquisa discutida neste artigo, percebe-se que a busca do diálogo com as crianças, mais do que um princípio metodológico consistiu em um princípio ético dialógico entre pesquisador e sujeitos da investigação, levando a assegurar que as vozes e as identidades desses sujeitos fossem respeitadas e evidenciadas na pesquisa.

A expectativa é que as reflexões deste trabalho sobre pesquisa com crianças de algum modo contribuam para que pesquisadores construam seu percurso respeitando e valorizando as crianças, pois as mesmas, enquanto atores sociais participantes que são, têm capacidade de manifestar sua opinião e interferir no processo de pesquisa em todas as fases da investigação.

REFERÊNCIAS

ALDERSON, Priscilla. **As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa**”. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 91, p. 419-442, Maio/ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 14 fev. de 2016.

AMORIM, M. **O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas Ciências Humanas**. São Paulo: Musa Editora, 2001.

BORBA, Angela Meyer. **Culturas da Infância nos espaços-tempos do brincar**. 2005. 296f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/2/TDE-2008-01-22T111143Z-1188/Publico/Tese-Angela%20Borba.pdf>. Acesso em: 04 jul. de 2015.

CARVALHO, Alexandre Filordi de. MÜLLER, Fernanda. Ética na pesquisa com crianças: uma problematização necessária. In: MÜLLER, Fernanda (org.). **Infância em Perspectiva: políticas, pesquisas e instituições**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 65-84.

CORSARO, William. **Entrada no Campo, Aceitação e Natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas**. Revista Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>> Acesso em: 20 jun. de 2016.

_____. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CHRISTENSEN, P. & PROUT, A. **Working with ethical symmetry in social research with children**. Childhood, v.9, n.4, p. 477-497, 2002.

FERNANDES, Natália. **Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios**. Revista Brasileira de Educação v. 21 n. 66 jul.-set. 2016. Disponível: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n66/1413-2478-rbedu-21-66-0759.pdf>>. Acesso em: 02 Mar. de 2017.

FERREIRA, Maria Manuela Martinho. “- **A gente aqui o que mais gosta é de brincar com os outros meninos!**” – as crianças como atores sociais e a (re)organização social do grupo de pares no cotidiano de um Jardim de Infância. 736f. Dissertação de Doutorado, Universidade do Porto, 2002.

KRAMER, S. **Autoria e autorização: questões éticas na pesquisa com crianças**. Cadernos de Pesquisa, n.116, p.41-59, julho/2002.

GRAUE, Elisabeth.; WALSH, Daniel. **Investigação Etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

SARMENTO, Manoel Jacinto. **Imaginário e culturas da infância**, 2003. Disponível na Internet: <http://www.iec.minho.pt/cedic/textos> de trabalho. Acessado em 30 de maio de 2016.

SPINK, Mary J.P. **A ética na pesquisa social: da perspectiva prescritiva à interanimação dialógica**. EDIPCS. Revista semestral da Faculdade de Psicologia PUC-RS, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 7-22, Jan/Jul, 2000. Acesso em: 24 jan. de 2016.